



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

O programa Bolsa Família: uma análise da discursividade jornalística

Leila Maria Franco

Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba

Resumo

O objetivo deste estudo é mostrar as direções de sentido ou tomadas de posição na discursividade sobre o PBF, em um *corpus* constituído por 60 (sessenta) artigos jornalísticos, veiculados em três jornais: Folha de S. Paulo, Estado de Minas e O Globo. A perspectiva teórica que norteia este estudo é a da análise do discurso de linha francesa (ORLANDI, 2001a, 2001b). Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências, verificamos que a discursividade jornalística é constituída por confrontos discursivos que se deixam atravessar por várias discursividades constitutivas de um acontecimento: (i) a posição sujeito- especialista/ representantes da área econômica, que associam as variáveis pobreza e fome à dimensão econômica de insuficiência de renda e, conseqüentemente, uma política compensatória, focalizadora e assistencialista, como instrumento de manipulação eleitoral; (ii) a posição sujeito-jornalista, para mostrar o efeito protetorado do estado, uma consequência da política econômica Neoliberal: o abandono dos direitos universais em nome de uma política pública assistencialista que não transforma a realidade social, pois intervém apenas em problemas periféricos – *combater a fome e a pobreza*; (iii) a posição sujeito-político, o paternalismo escancarado do governo/ a institucionalização da pobreza no sentido de ser manipulada como instrumento político. Logo, a forma como a língua foi mobilizada para produzir sentidos na conjuntura sócio-histórica, já assinala uma orientação, e isso é o político.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Bolsa Família. Discursividade jornalística.

Submetido em: 25/02/2021

Aceito em: 30/03/2021

Publicado em: 23/06/2021



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

Leila Maria Franco



Possui graduação em Letras pelo Instituto Superior de Educação de Ituiutaba (1986) e mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Doutorado em Estudos Linguísticos, área Análise Linguística, pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP/IBILCE). É professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Ituiutaba e atua como professora de Língua Portuguesa e Português Aplicado ao Discurso Jurídico. Tem experiência na área de Letras, principalmente, nos seguintes temas: Leitura e Produção Textual, Texto e Discurso e Português Instrumental.



<http://lattes.cnpq.br/0947230311754060>



<https://orcid.org/0000-0001-7231-9297>



<https://br.linkedin.com/in/leila-maria-franco-11ab7627>



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA DISCURSIVIDADE JORNALÍSTICA

Leila Maria Franco – Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba¹

Introdução

Este estudo propõe, pela análise da materialidade linguística, mostrar as direções de sentido ou tomadas de posição na discursividade sobre o Programa Bolsa Família (PBF), em um *corpus* constituído por 60 (sessenta) artigos jornalísticos², veiculados em três jornais: Folha de S. Paulo, Estado de Minas e O Globo, sendo 20 de cada jornal.

Para a proposta de estudo que ora apresentamos, o dispositivo teórico da Análise do Discurso (AD) (ORLANDI, 2001a, 2001b) e (ORLANDI 2004 e 2012) foi o escolhido, pois se apresenta como uma teoria crítica da linguagem, constituindo uma área do conhecimento que, por se localizar no entremeio das ciências sociais humanas, “centra suas investigações nas relações entre a linguagem e a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito”, como lembrado por Mariani (1998, p. 25).

A especificidade da Análise do Discurso está, segundo Orlandi (2001b, p. 87), em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só linguístico, mas um objeto sócio-histórico no qual o linguístico intervém como pressuposto. E, nessa medida, a AD, ao articular o linguístico ao histórico, coloca a linguagem na relação com

¹ e-mail: leilamf@terra.com.br

² A escolha dos textos jornalísticos foi feita por “representatividade” numérica do objeto pesquisado (GOLDENBERG, 2004, p. 14)

Revista Trem de Letras	Alfenas, MG	v. 8	n.1	1-36	e021019	2021
------------------------	-------------	------	-----	------	---------	------



os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os diferentes modos de produção social, um modo específico que é o simbólico. Há, pois, práticas simbólicas significando o social.

A materialidade do simbólico assim concebido é o discurso (ORLANDI, 2001b, p.63). E o discurso, definido em sua materialidade simbólica é “efeito de sentido entre locutores” (PÉCHEUX, 1969), trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para significar. Com efeito, pensar a língua, enquanto discurso, é lugar de interação, de posições discursivas diferentes entre sujeitos situados em contextos diferentes e os reflexos disso na discursividade. É na materialidade linguística que a exterioridade se inscreve e, por isso, o signo se situa num espaço de interlocução, no qual palavras, expressões ou estruturas sintáticas não são, suficientemente, a garantia de sentido para o texto, pois as condições sócio-históricas de produção de um discurso também são constitutivas de suas significações, razão pela qual a AD tem a exterioridade como necessária no processo de análise discursiva.

A proposição teórica apresentada conduz ao estabelecimento dos procedimentos metodológicos que possibilitem a operacionalização do referido aparelho conceptual, com vistas à execução da análise do *corpus* escolhido para estudo. Tal objetivo nos conduz à teorização, pois, na AD, a exaustividade e a completude, mitos tão requeridos nas análises empíricas, são critérios não contemplados. Vale dizer, então, que a Análise do Discurso é uma teoria crítica da produção da linguagem, cujo objetivo aqui é mostrar o funcionamento discursivo dos textos jornalísticos ao falar sobre o Programa Bolsa Família, com efeito, define-se como método linguístico-histórico-crítico (ORLANDI, 2001b).

Em face do dispositivo teórico, o movimento de análise dos textos, os quais constituem o nosso domínio discursivo, iniciou-se pela delimitação das sequências discursivas que foram organizadas em cada um dos conjuntos de textos e o recorte discursivo funcionou como elemento organizador das unidades de análise. Nesse sentido,



a escolha das seqüências discursivas feitas, tendo por base o objetivo deste estudo, constituíram os recortes discursivos que compuseram o nosso *corpus* de estudo.

Uma vez que a AD não visa à exaustividade, optamos por uma amostra representativa e, assim, estipulamos que cada recorte é constituído por seqüências discursivas, identificadas como (s.d.). A escolha desses recortes é significativa, uma vez que nos possibilita estabelecer regularidades discursivas, ora para comparar, ora para identificar o funcionamento discursivo em análise. A esse respeito, dado o objetivo deste estudo, guiar-nos-emos pela pergunta de pesquisa - Que discursividades entram em circulação nos textos jornalísticos para falar do e sobre o PBF? - considerando-se: (i) a co-referência, envolvendo os mecanismos de paráfrase; (ii) a polissemia; (iii) asmetáforas; (iv) a memória discursiva na resignificação das práticas discursivas passadas reavivadas no discurso jornalístico; (v) as Formações Discursivas que se inscrevem em torno do funcionamento discursivo sobre o PBF. Com efeito, ao expor o olhar leitor à opacidade do texto, podemos mostrar que a materialidade linguística é determinante da discursividade do processo de produção de sentidos sobre o PBF. Por uma questão de organização, os textos jornalísticos dos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo serão, respectivamente, nomeados, a partir de agora, como (EM1), (EM2) ..., (G1), (G2) ... e, assim, sucessivamente.

Análise e Discussão dos Resultados

De modo geral, a discursividade jornalística é bastante atuante quando enuncia acerca de acontecimentos políticos, pois a posição-sujeito-jornalista, ao assumir o seu lado interpretativo do fato discursivo, define um posicionamento enunciativo, o que projeta imagens de si e do outro ao leitor, na constituição do dizer. Com efeito, na tentativa de direcionar o sentido a partir do seu relato, o faz não somente para dar-lhe visibilidade ou notoriedade política, mas também para instigar no leitor uma tomada de posição, ou seja,



a posição-sujeito-jornalista constrói, além da opinião pública, seu próprio referente no mundo.

Daí, o modo como o discurso jornalístico discursiviza sobre o PBF possibilita a compreensão da realidade, ao naturalizar, institucionalizar e silenciar sentidos, no lugar de outros. Essa realidade está condicionada pelo imaginário coletivo no sentido de representar o lugar simbólico no qual se dão as representações coletivas escolhidas pela posição-sujeito-jornalista a conhecer.

Os sentidos são institucionalizados socialmente e, por isso, mobilizados em função da linha política escolhida pelo jornal: a favor ou contra uma determinada orientação política, neste caso, o discurso jornalístico que envolve o Programa Bolsa Família. Observar os gestos de interpretação nos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo, como o discurso foi organizado por eles para falar do PBF, possibilita-nos escutas, para mostrarmos que pode haver mais de uma discursividade acerca do acontecimento em questão. Nesse sentido, por meio do funcionamento discursivo, veremos que, na discursividade jornalística, podem-se inscrever discursos de outros campos discursivos com suas especificidades, o que faz com que o discurso em análise se torne visivelmente heterogêneo. Passaremos, então, a mostrar o funcionamento discursivo presente nas páginas dos jornais analisados, que nos permitem montar e reconfigurar as discursividades em torno do PBF nos jornais. Para efeito de organização, a partir das regularidades encontradas na discursividade jornalística do *corpus* em questão, definimos aqui um sítio de significação (ORLANDI, 2012, p. 174), a saber, a discursividade econômica: a pobreza e a fome em questão;

No que se refere à discursividade econômica e, mais especificamente, à questão do combate à pobreza e à fome, alvos principais do Programa de Transferência de Renda, percebemos vários discursos em debate. Isso porque o discurso jornalístico agenda campos de assuntos (MARIANI, 1998, p. 86) sobre os quais os leitores podem/devem



pensar e organizar direções de leituras para tais assuntos. Iniciemos, pois, verificando o seu funcionamento discursivo e os efeitos de sentido aí inscritos.

Notamos, de início, que é frequente na discursividade da posição-sujeito-jornalista a invocação de pessoas autorizadas, especialistas, representantes da área econômica para comentarem as variáveis *pobreza* e *fome*. Aliás, ser especialista, notório no assunto em debate, confere ao enunciador uma autoridade e, assim, quando ele diz, o que é dito é digno de verdade.

A sequência discursiva que segue integra este recorte de análise, pois permite observar que, na trama discursiva, o articulista coloca em jogo a política econômica e social do governo Lula. Examinemos, pois, tal sequência:

(s.d.) Política econômica: O governo Lula não apenas manteve a mesma política econômica do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, como aproveitou o momento internacional favorável para aprofundar o modelo "liberal periférico". Essa é uma das conclusões do livro dos economistas Luiz Filgueiras, professor da Universidade Federal da Bahia, e Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "A economia política do governo Lula", da editora Contraponto, que está sendo lançado. O livro é uma análise cáustica da performance do governo Lula, que consideram "mediocre" e classificam, de acordo com um Índice de Desempenho Presidencial (IDP), como o quarto pior governo de nossa História republicana - só perde para o de Collor, o segundo de Fernando Henrique e o de José Sarney. Da mesma forma, os autores criticam a política social do governo que veem como uma consequência da política econômica liberal herdada do governo anterior, "mesmo que o discurso oficial tente dignificá-lo e diferenciá-lo com a política articulada com medidas estruturais de combate à fome". (T12 G, 18/11/2007)

Vemos que a posição-sujeito-jornalista apoia na universidade, nos economistas (Luiz Filgueiras/UFB e Reinaldo Gonçalves/ UFRJ), os quais são convocados para falar da política econômica que, na visão deles, não apresenta inovações em relação aos governos anteriores, notadamente marcado na conjunção *não apenas... como...*, nas



formas verbais *manteve, aproveitou* e nos determinantes discursivos *a, mesma, o, quarto, pior*.

Sobre isso, os autores criticam a política social do governo e a veem como uma consequência da política econômica liberal herdada do governo anterior, "*mesmo que o discurso oficial tente dignificá-la e diferenciá-la como política articulada com medidas estruturais de combate à pobreza*".

Vemos, aqui, que essa formulação aponta para o modo de historicização dos sentidos, ou seja, o modo de existência do discurso do Estado – *dignificá-la e diferenciá-la* – na conjuntura política em questão, no sentido de distingui-la de outras discursividades. A escrita estabelece, nesse sentido, sua relação com o político, mostrando-o (ORLANDI, 2001, p. 50).

Como resultado, os especialistas revelam um perfil *mediocre* do governo Lula, quando comparado aos demais presidentes da República, ao apontarem para a inclinação econômica que fora sempre criticada pelo Partido dos Trabalhadores. Liberal, porque não se trata aqui apenas de *manter, apropriar* de um modelo econômico, mas fazer política para os mesmos interesses de classe, uma vez que o governo Lula abandonou a defesa dos direitos universais que foram bandeiras históricas do PT e, nessa medida, ampliou a política focalizadora e assistencialista compatível com o Neoliberalismo que inspira o seu modelo econômico.

Para os economistas, como exemplificado ainda na sequência abaixo, a associação do modelo político-econômico ao jogo do núcleo duro da política liberal – os *ortodoxos* – ressoa na política social, já que produz efeitos inversos aos pretendidos, como na formulação discursiva – *incluir os cidadãos no mercado de trabalho*. Acerca disso, examinemos:



(s.d.) Para os autores, o Bolsa Família nada mais é do que uma compensação econômica da política liberal ortodoxa adotada, "que aumenta o abismo entre ricos e pobres". Na política social, na realidade, há um enorme fracasso, segundo os autores. O economista Reinaldo Gonçalves lembra que, comparado com a Argentina, que tem programa semelhante, o Bolsa Família revela-se ineficiente para incluir os cidadãos no mercado de trabalho: "Basta comparar com o programa da Argentina, que foi aumentando de 2003 a 2005 e depois, com o crescimento da economia, está diminuindo".

Para os autores, a medida do sucesso seria o declínio e não o aumento a cada ano de pessoas abrangidas pelo Bolsa Família. "É um programa escandalosamente assistencialista", acusa Gonçalves (T12 G, 18/11/2007).

(s. d.) Na crítica que fazem ao caráter não inclusivo e assistencialista dos programas sociais, os autores ressaltam no livro que, entre 2000 e 2006, o aumento substancial dos investimentos em assistência social (de 9,9% para 20,7%), em grande medida por conta da criação do Programa Bolsa Família, se deu à custa de reduções significativas nos orçamentos da educação (de 23,7% para 18,7%) e da saúde (de 45,2% para 38,6%). (T12 G, 18/11/2007)

Inscreve-se aqui uma discursividade de (não) inclusão, notadamente marcada nos sintagmas nominais *compensação econômica*, *abismo entre ricos e pobres*, *enorme fracasso*. Daí sinalizar uma discursividade política de compensação assistencialista, o que nos leva a questionar: que assistencialismo é esse? Um instrumento político de manipulação eleitoral com recaídas no Neoliberalismo?

Vemos, ainda, que as marcas linguísticas presentes no marcador avaliativo *nada mais é*, nos nomes *abismo*, *compensação* e nos determinantes adjetivos discursivos *enorme* e *ineficiente*, aqui direcionados ao Programa de Transferência de Renda, reforçam a retórica da desqualificação. Tais marcas, com efeito, usadas negativamente, caracterizam o acontecimento e os sujeitos políticos envolvidos.

Seguindo essa trajetória, em *não inclusivo*, o advérbio *não* nega explicitamente enunciados de outros discursos – o que o governo disse ou fez: a política de microcrédito, o combate à pobreza. A negação, do mesmo modo, apresenta-se aqui, seguida de uma discursividade de acusação: a política social que se dá às custas de cortes,



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

respectivamente, na educação e na saúde, o que é reforçado por dados estatísticos (23,7% para 18,7%), (45,2% para 38,6%), o que imprime ao fato uma autenticidade ao discurso jornalístico.

A propósito da política social focalizadora, a posição-sujeito-jornalista traz o discurso da pesquisadora Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRS, para colocar em debate a variável pobreza, conforme proposto na Lei n. 10.826, de 9 de janeiro de 2004, no sentido de criticar o alcance do programa. A esse respeito, vejamos primeiro a sequência discursiva abaixo:

(s.d.) Em vez de gastar recursos e esforços para tentar atingir apenas os mais pobres, os programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, seriam mais eficientes e teriam maior impacto na redução de pobreza se universalizassem um benefício a todas as crianças de zero a 16 anos no país. É o que sugere a pesquisadora Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, num texto preparado para o relatório 2004 do Observatório da Cidadania/Social Watch, divulgado anualmente por organizações não governamentais de 60 países. A versão brasileira do relatório será lançada na próxima terça-feira na Câmara dos Deputados. Lavinias critica a falta de transparência e de divulgações de resultados do Bolsa-Família, do governo federal. Segundo ela, apesar de haver um formulário excessivamente detalhado para cadastrar os beneficiados, o impacto do programa na vida dessas famílias continua sendo uma incógnita. "Dos resultados, nada foi dito até agora a não ser pelo lado das denúncias de vazamento veiculadas pela grande imprensa. Com as informações detalhadas coletadas pelo cadastro, é inexplicável que os gestores do programa não tenham divulgado resultados preliminares consistentes." Em seu estudo para o relatório, Lavinias faz simulações do impacto da redução da pobreza segundo o universo de beneficiados. Para ela, a melhor relação entre o custo do programa e seus resultados seria dar um benefício individual de R\$ 60 (em valores de 2001) às crianças de zero a 16 anos. Com essa transferência, haveria uma redução de 16,5 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, que no estudo foi estipulada numa renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Em 2001 (ano que serviu de base para a simulação), o número de brasileiros vivendo abaixo dessa linha era de 50,8 milhões. Atualizando esses dados para 2004, o valor a ser distribuído por criança seria de R\$ 80. Como há 56,7 milhões de crianças de zero a 16 anos no país, o custo dessa renda básica e



universal alcançaria R\$ 54,6 bilhões. Ela admite que, perto do que o governo gasta com programas como o Bolsa-Família (cerca de R\$ 11,5 bilhões neste ano), esse valor pode parecer alto. "Mas isso nos dá a dimensão exata da desproporcionalidade do quadro de carência, desproteção e ausência de políticas universais que nos caracteriza. Alavancar esses recursos é difícil, mas não impossível." Para provar sua tese, ela afirma que, admitindo uma redução da taxa de juros para 12% (na época em que escreveu o Estado, a taxa era de 16%), haveria uma economia de R\$ 20,5 bilhões. (T10 FSP, 28/11/2004)

Como é possível verificar, o argumento de Lavinias afasta-se de uma proposta de caráter universal e direciona a questão da política pública na pobreza extrema a qual é focalizada a uma clientela alvo – *apenas os mais pobres* – que defende, inclusive, o acesso irrestrito de crianças – *de 0 a 16 anos* – ao benefício, tão ao gosto da retórica Neoliberal (VIANNA, 2000, p. 62). Tal argumento se sustenta na rede sinonímica *carência, desproteção e ausência de políticas públicas* a esse recorte da população.

Muito embora ela explicita o seu engajamento, fá-lo com reserva, o que é reiterado nas formas verbais no futuro do pretérito *seriam (seriam mais eficientes), teriam (teriam maior impacto na redução de pobreza), haveria (haveria uma redução de 16,5 bilhões), alcançaria (alcançaria R\$54,6 bilhões)* e na condicional *se universalizassem (se universalizassem um benefício a todas as crianças de zero a 16 anos)*.

Aqui, a cena enunciativa inscreve-se no domínio da ponderação, da verificação da verdade, notadamente marcado em *é difícil, mas não impossível*, o que permite considerar, com efeito, o que é dito – a proposta que defende o acesso irrestrito de crianças de 0 a 16 anos – como provisoriamente verdadeiro, até prova contrária.

A rejeição ao modelo econômico de focalização também é extensiva à posição-sujeito-jornalista, ao discursivizar que o crescimento econômico tem beneficiado *os mais pobres*, notadamente reforçado no advérbio *especialmente*. O articulista tem uma identificação simbólica contrária a essa política econômica presente nas formas verbais



precedidas do advérbio de negação (*não*), em – *a economia não está decolando/não há investimento/o país não está ganhando a luta pelo crescimento e a redução da pobreza*, como exemplificado na sequência discursiva abaixo:

(s. d.) Em resumo, a economia não está decolando, não há investimentos suficientes para garantir crescimento futuro, as contas públicas vão criar problema mais à frente (inclusive por causa do forte aumento do salário mínimo) e houve piora na educação, indicada na Pnad. Olhando para o médio prazo, o país não está ganhando a luta pelo crescimento e a redução da pobreza. Mas a recuperação da economia de 2004 para cá traz um alívio imediato especialmente para os mais pobres.

Vai daí que Lula ganhou imunidade completa?

Não. Em dezembro último, a avaliação do governo Lula estava no negativo: 29% classificavam a administração como ruim/péssima, contra 28% de bom/ótimo. O ambiente econômico já era, no essencial, como o de hoje. O rendimento médio real, por exemplo, cresce desde 2004. Idem para o número de pessoas trabalhando. O crédito estava no pico da expansão. Assim, a avaliação negativa só podia ser o efeito da crise do mensalão e seus desdobramentos, incluindo a queda de Antonio Palocci.

De lá para cá, o que mudou? O conforto econômico melhorou, com o salário mínimo, por exemplo, e a inflação ainda mais baixa. O presidente foi à luta, com as famosas bondades (salários para o funcionalismo) e uma enorme campanha de propaganda, envolvendo todas as maiores estatais. (T11 G, 28/09/2006)

Notamos, aqui, a rejeição a esse modelo econômico focalizador, pois não se reduz pobreza ao priorizar apenas os *mais* ou *muito pobres*, enchendo o bolso – *com aumentos salariais/famosas bondades*. Aqui, a significação é posta em discurso por meio de um jogo de dito e não dito, a qual não é perceptível ao leitor, ou melhor, pobreza combate-se pela geração de empregos e incentivos à educação.

O economista Paes de Barros levanta, por outro lado, problemas de *focalização* no sentido de questionar a dimensão do programa: *combater a fome ou a pobreza?*



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

Vemos que o pesquisador nega, no nome *superposição*, que uma seja consequência da outra. Para ele, *pobreza e fome* apresentam natureza distinta – notadamente marcada em *métodos, critérios, desenho do programa, formas de focalização, verificação de eficiência* – o que é reforçado pelas paráfrases *por enorme diferença, tudo é diferente*. Por isso, determina implicações na definição de prioridades e alvos para políticas públicas, quer seja atacar a *pobreza* – o caminho é o *Cadastro Único*, quer seja atacar a *fome* – o caminho é o *Siab* e o *Sisvan*. Para ele, o objetivo deve ser claro, uma vez que, como reforçado nas paráfrases *mal definido, sem foco, sem forma de avaliação*, o (in)sucesso do programa seja qual for o objetivo está em questão. Vejamos:

(s.d) Ricardo Paes de Barros, o economista que entende do assunto, acha que é preciso, antes de tudo, se perguntar: o programa que se está tentando implantar no Brasil é para combater a fome ou a pobreza? Há uma enorme diferença entre as duas. Na primeira, o universo é de 7,5% da população brasileira, ou 13 milhões. Na segunda, supera três vezes mais. O custo difere de R\$ 5 bilhões a R\$ 20 bilhões. Tudo é diferente entre um e outro objetivo: métodos, critérios, desenho do programa, formas de focalização, verificação de eficiência. E da maneira como está sendo tratado o assunto, parece meio confuso, até para ele, que é especialista em políticas públicas na área social. Paes de Barros formou toda uma geração de especialistas no tema, trabalha no Ipea há vários anos dedicado exatamente ao assunto, e tem sido chamado por vários países e instituições internacionais para montar sistemas de avaliação de programas para o combate aos problemas sociais. - Parasaber a dimensão do programa, é preciso ficar claro se realmente o país vai combater a fome ou se está usando a palavra fome como uma forma de se referir à insuficiência de renda - afirma. Quem olha apressado pode achar que a discussão é bizantina. Afinal, parece haver uma clara superposição dos dois problemas: quem tem pouca renda não tem condições de se alimentar adequadamente. É mais complexo do que parece, ensina Paes de Barros. E qual a importância de discutir isto? Se o país quer ser eficiente na busca do seu objetivo, precisa usar a tecnologia desenvolvida pelos cientistas sociais. - O número de pobres do país, pessoas que têm insuficiência de renda, é de um terço da população. Se é isso, então o número que o governo tem usado (de 44 milhões ou 50 milhões) pode estar certo. Mas achar que este é o contingente das pessoas que passam fome no Brasil é um absurdo. Os



Departamento de Letras
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG –
CEP 317131-001 - Brasil

estudos mais razoáveis indicam que passam fome no país 7,5% da população. Não se pode misturar os conceitos para não errar dramaticamente na formulação e na dimensão do programa. Do contrário, vamos fazer para 50 milhões o que é preciso fazer para 13 milhões de pessoas. - disse Paes de Barros. Qualquer que seja o objetivo - combater a fome ou combater a pobreza -, para que funcione, é preciso que haja a concentração dos esforços em quem realmente precisa. Os dois objetivos requerem sistemas de focalização diferentes. Se o objetivo é combater a pobreza, Paes de Barros aconselha seguir o caminho do Cadastro Único. [...] - Este cadastro deve ser a base. Tem que ser melhorado, ampliado, checado, mais bem supervisionado. Por ele, pode se encontrar os pobres brasileiros. Este cadastro usa uma linha de renda e considera que, abaixo daquela linha, o cidadão está incluído no programa. Para combater a fome, o caminho é outro e a forma de focalização é mais complicada. - Há pessoas com renda baixa e que não passam fome por uma série de razões. É mais fácil montar redes de solidariedade para alimentos do que para renda. Há uma série de entidades, instituições, organizações que fornecem alimentos, mas não dinheiro, para as pessoas. Até as famílias tendem a ser mais solidárias no alimento do que na renda. Se considerarmos que todos abaixo de uma determinada renda estão passando fome, vamos superdimensionar o programa. O professor acha que, se o objetivo é atacar a fome, então, o caminho passa pelos cadastros do Ministério da Saúde, como o Siab e o Sisvam, que usam critérios como peso e altura das crianças. [...] O ministro Antônio Palocci disse outro dia, numa entrevista, que teme estes critérios, porque a criança atendida pode voltar aos parâmetros de peso e altura normais e, assim, sair do programa, voltando novamente a se alimentar de forma inadequada. Ricardo Paes de Barros disse que este é um erro que não precisa ser cometido. Basta que este seja o critério apenas para a entrada no programa e que a saída seja quando houver comprovação de que a família superou estruturalmente o problema. Mesmo em famílias muito pobres, a tendência é que somente a metade do dinheiro que se recebe em programas como este seja, de fato, dedicada à compra de alimentos. - Este é um dado das pesquisas de orçamentos familiares nas faixas de baixa renda. Mesmo sem ter recursos para suprir todas as suas necessidades calóricas, a pessoa tem outras demandas. É inevitável: ao acabar de se alimentar, a pessoa tende a olhar as outras necessidades. Isso não se resolve dando cupom em vez de dinheiro, porque existem várias formas de se converter este benefício em dinheiro. - Se for fome, o cupom faz mais sentido, ainda que não garanta que tudo vai ser usado na compra de alimentos. Se for a pobreza, o cupom não faz sentido. Há técnicas já desenvolvidas para enfrentar as falhas dos programas sociais. Elas passam pela qualidade da informação e do monitoramento dos



programas. Erros do passado podem ser combatidos com remédios já conhecidos. O mais importante é definir o objetivo do programa. Mal definido, sem foco, sem forma de avaliação, os programas sociais não resolvem o problema; seja ele qual for. (T1 G, 11/ 01/2003)

Diante do exposto, percebemos que, aliada à identificação simbólica do enunciador para legitimar uma discursividade – nas paráfrases *que entende do assunto, dedicado exatamente ao assunto* – há também o seu envolvimento/engajamento com o fato, no sentido de defendê-lo, criticá-lo, por exemplo, no indicador de atitude – *escandalosamente* – o qual apresenta a avaliação igualmente subjetiva de que a posição-sujeito-pesquisadores faz do fato que sugere ser imoral/ revoltante, digno de indignação: a política pública como instrumento político de manipulação eleitoral com recaídas no assistencialismo/clientelismo? – fica a pergunta.

Acerca do alcance do Programa Social de Transferência de Renda – Bolsa Família – para minimizar a questão da pobreza, vemos ainda dois posicionamentos enunciativos: um deles, pautado nas informações do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007, mostra que a Política de Transferência de Renda do Bolsa Família é um dos fatores para redução da pobreza de renda, como veremos a seguir:

(s.d.) Para Soares, entre os fatores que explicam o avanço brasileiro estão a universalização do ensino fundamental e a desconcentração industrial regional. Ele cita ainda as políticas públicas de transferência de renda, o Bolsa Família, e a valorização do salário mínimo como responsáveis pela queda recente da desigualdade no país. O relatório faz elogios específicos ao Bolsa Família. [...] A valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, os benefícios de prestação continuada foram fenômenos importantes na redução da desigualdade. Mas, neste momento, com o crescimento econômico, temos que melhorar a distribuição primária da renda, aquela que vem do mercado de trabalho e responde por 75% dos ganhos das famílias. [...] O coordenador do relatório, Kevin Watkins, elogiou os programas de distribuição de renda do governo. "Frequentemente os economistas nos dizem que é preciso escolher



entre crescimento econômico e redistribuição, e o Brasil está mostrando que se pode ter os dois", afirmou no relatório. (T14 G, 28/11/2007)

Aqui, o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Soares, e o coordenador do Relatório, Kevin Watkins, inscrevem-se na discursividade da Lei n.10.836, de 9 de janeiro de 2004, e, por isso, concordam acerca das contribuições do Estado, na tentativa de tornar a sociedade mais igualitária, menos desigual, o que tem garantido, segundo eles, *o crescimento econômico e a redistribuição de renda*. Vemos que a compreensão disso é recorrente nos nomes *queda e redução*.

Tanto na visão do economista quanto na do pesquisador, respectivamente, nas formulações discursivas – *faz elogios específicos ao Bolsa Família e elogiou os programas de distribuição de renda* –, há da parte da discursividade do Estado ações que falam em nome da cidadania – notadamente marcado em *O Brasil está mostrando que se pode ter os dois* para minimizar a desigualdade por meio da inserção social dos beneficiários em setores estratégicos, a saber: *a universalização do ensino fundamental, a desconcentração industrial regional* e, sobretudo, *o Bolsa Família*. Aqui, o enfoque crítico dá lugar à aceitação/identificação acrítica das contribuições advindas daqueles que estão no poder, o que constitui uma peça de consenso.

Outro posicionamento é a recomendação de que o que levará as famílias a sair da situação de pobreza de renda é a articulação do programa com outros programas de geração de renda:

(s.d.) A maioria entende que o programa é temporário e quer trabalhar no setor formal. Por isso, fizemos uma forte recomendação de que o Bolsa Família se articule mais com outros programas", diz Menezes. [...] Cunha disse que a estratégia de integração com outros projetos começou com o programa Brasil Alfabetizado, mas que já está se expandindo: "Para qualificar, é preciso antes aumentar a escolaridade". Serguei Soares, pesquisador do Ipea e autor de vários estudos sobre o Bolsa Família, minimiza a importância dos programas



de qualificação profissional para tirar da pobreza as famílias. "De nada adianta você qualificar uma pessoa se não houver oportunidade de emprego. Agora que voltamos a ter crescimento, é possível que os programas tenham mais eficácia, mas é preciso crescer. (T19 FSP, 28/06/2008)

Essa é a tônica na discursividade, tanto de Menezes – diretor do Ibase – quanto de setores do governo – a exemplo Cunha (Secretária de Renda da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social), reforçado na forma verbal *articule* e no nome *integração*.

Entretanto, na conjunção *mas* inscreve-se o contraditório – uma formação discursiva outra – na qual Cunha se contra identifica para apontar a aprendizagem escolar – *escolaridade* – anterior à ação de *qualificar*, ou seja, a incorporação de conhecimentos teóricos/técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos, daí *umentar a escolaridade*. Aliás, a qualificação profissional, aqui, é pontuada como fator determinante para o futuro daqueles que buscam a sua inserção no mercado de trabalho.

Com efeito, a relação *escolaridade x qualificação*, do mesmo modo, é contestada por Soares, haja vista que, muito mais que qualificar, as famílias pobres precisam de condições de empregabilidade – notadamente inscrito no sintagma nominal *oportunidade de emprego* – a capacidade de adequação desse recorte da população às necessidades e dinâmicas dos mercados. Com o advento das novas tecnologias, da globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do capital e as constantes mudanças que têm afetado o ambiente das organizações, surge a necessidade de adaptação desse profissional emergente a tais fatores por parte dos empresários e profissionais, daí o que minimizaria a pobreza seriam as condições de empregabilidade.

A associação de pobreza com crescimento econômico, na discursividade do Banco Mundial – agência do sistema das Nações Unidas, a qual objetiva minimizar a condição



de pobreza por meio de financiamentos e empréstimos aos países em desenvolvimento – também é colocada em discurso. Vejamos a sequência discursiva a seguir:

(s.d.) Depois de décadas pregando o crescimento econômico como motor para a redução da pobreza, o Banco Mundial adicionou o efeito inverso ontem à receita: combater a pobreza e proporcionar mais oportunidades para a população de baixa renda pode auxiliar os países da América Latina a crescer mais e aumentar a competitividade no cenário internacional, a ponto de alcançar o leste asiático. "O essencial desse relatório é não apenas que crescimento é chave para aliviar a pobreza, o banco já vem dizendo há anos. Mas o que achamos agora é que pobreza, por si mesma, vem arrastando para baixo o crescimento na região. Não é apenas que o crescimento é bom para reduzir a pobreza, mas a pobreza é ruim para aumentar as taxas de crescimento", explicou Pamela Cox, vice-presidente do banco para América Latina e Caribe. De acordo com o relatório "Redução da Pobreza e Crescimento: ciclos virtuosos e viciosos", cada ponto percentual de crescimento econômico nos países da América Latina causa uma queda em média de 1,25% na pobreza. No caso brasileiro, a redução da desigualdade social é tanto ou mais importante para auxiliar no crescimento. O relatório também aponta que o crescimento da pobreza se relaciona à queda de investimentos na economia de um determinado país. Segundo os autores do estudo, a um aumento de 10% da pobreza corresponde a perda de 6% a 8% em investimentos. "Essa descoberta sugere uma potencial explicação para o efeito negativo da pobreza no crescimento: uma maior taxa de pobreza leva a uma menor taxa de investimento, o que resulta em menor crescimento", diz o texto do estudo. Especificamente sobre o Brasil, a equipe do Banco Mundial elogiou a iniciativa do Bolsa-Família, como um programa direcionado para uma população pobre e que causa, ainda, resultados com a obrigatoriedade da frequência escolar e acompanhamento médico. [...] Segundo Cox, no Brasil o problema se agravou porque as elites "capturaram" o Estado, privilegiando seus pares em vez de democratizar oportunidades. Algo que vem se modificando, sempre na avaliação de Cox, com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva. Como solução, Perry sugere que os países adotem "pacotes de políticas". Por exemplo: enquanto adotam abertura comercial, devem dar apoio a pequenos agricultores e oferecer educação e oportunidades aos mais pobres. (T12 FSP, 15/02/2006)



A sequência discursiva em análise é atravessada de discursividade e tem seus sentidos constituídos num espaço de tensão, no qual duas formações discursivas do Banco Mundial a trabalham: (i) passada: *crescimento econômico* → *reduz a pobreza*; (ii) atual: *combater a pobreza* → *proporciona crescimento e aumenta competitividade*.

Observemos que os nomes *pobreza* e *crescimento econômico* aparecem associados numa rede parafrástica, respectivamente, a efeitos negativos e positivos que uma pode desencadear na outra: (i) *pobreza*: *arrasta para baixo, é ruim, queda*; (ii) *crescimento econômico*: *é chave, é bom, alivia*.

Já notamos aí que tanto a discursividade da posição-sujeito-jornalista quanto a do Banco Mundial se inscrevem na ação de combater a pobreza –, mas, ao significar o nome *pobreza*, esse, na discursividade do Banco Mundial, não se associa à insuficiência de renda, como previsto na discursividade política. Pelo contrário, à queda de investimentos e crescimento econômico. Contextualizar, aqui, o discurso do Banco Mundial com suas implicações de caráter econômico pode significar, aliás, um modo de se visualizar a necessidade de inserção social e econômica para atender as demandas de consumo do contexto capitalista. Além, é claro, de sinalizar o caráter estratégico que este desempenha no processo de institucionalização do paradigma Neoliberal junto aos países em desenvolvimento, como o Brasil, por meio de políticas de ajuste social ao mercado (SOARES, 1998, p. 15).

Reduções no grau de pobreza implicam não somente crescimento econômico, mas também declínio no grau de desigualdade que fora intensificado pelo privilégio das *elites* que se aliaram ao Estado em detrimento dos menos favorecidos – os *pobres*.

Nesse sentido, a dimensão política da pobreza, na cena enunciativa, faz soar o sentido de ser coibido de ter. Assim, a pobreza se inscreve como o resultado das desvantagens, ou seja, a não posse de bens e de poder, daí *democratizar oportunidades* e *pacotes de políticas* – oportunidades de qualificação e de empregabilidade. Com efeito,



uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas se centrarem na busca do crescimento e da igualdade é o fato de que a redução no grau de pobreza requer crescimento econômico e/ou declínio no grau de desigualdade.

Pelo exposto até aqui, vemos que o crédito atribuído ao fato noticiado depende da posição social do enunciador, da função que desempenha/ocupa, notadamente marcado em *pesquisador/a/, economista, especialista em políticas públicas na área social, formou toda uma geração de especialistas no tema, trabalha no Ipea, tem sido chamado por vários países e instituições internacionais para montar sistemas de avaliação de programas para o combate aos problemas sociais, o professor*. Nesse sentido, a discursividade jornalística atua como transmissora de um saber para suscitar a evidência de um novo acontecimento: instaurar, aqui, a discursividade acerca das variáveis fome e pobreza.

A escolha, segundo a notoriedade, também convoca a posição-sujeito-político, reconhecidos como detentores do poder. As sequências discursivas que trazemos a seguir, apesar de serem de segmentos do Governo, associam a variável pobreza a outras dimensões que não exclusivamente à econômica, como falta, insuficiência de renda, e já anunciam uma posição-sujeito diversa daquela da discursividade inscrita na Lei, como veremos através do recorte que segue.

A representante do governo, Ana Fonseca, cientista política e coordenadora do programa social do governo federal, também foi convocada para falar da variável pobreza. Vejamos a sequência discursiva:

(s.d.) O governo federal trabalha na formulação de um índice formado por outras variáveis, além da renda, para selecionar as pessoas beneficiadas com o Bolsa-Família, principal programa social da gestão petista. A ideia é que passem a ser levados em consideração critérios como escolaridade, condições de saúde, saneamento e acesso à luz elétrica. Seria um "indicador multidimensional da pobreza", conforme classificou a cientista política Ana



Fonseca, coordenadora da unificação dos programas sociais do governo federal. [...] "A pobreza não é uma realidade por insuficiência de renda exclusivamente", disse Ana ontem, em São Paulo, onde discutiu com cerca de 70 prefeitos a unificação dos projetos de transferência de renda. Como a meta de 11,4 milhões de famílias cobertas pelo Bolsa-Família, em 2006, leva em consideração o indicador renda, o uso de outras variáveis obrigaria a uma revisão do número de pessoas que se pretende atingir. "Com um conjunto de indicadores, posso ser mais eficiente na cobertura e gastar melhor os recursos públicos", disse. O Bolsa-Família é pago desde outubro. (T4 FSP, 25/11/2003)

Como é possível observar, a partir dessa sequência, o critério insuficiência de renda é negado. Isso fica evidente na forma verbal negatizada *não é* e no advérbio *exclusivamente*. Contrário a isso, Fonseca sinaliza um *"indicador multidimensional da pobreza"*, que vai em sentido oposto à discursividade da lei (renda) como indicador único de pobreza. A esse respeito, a posição-sujeito-político chega a modalizar *em posso ser mais eficiente*, para atender outras demandas da população, amplamente recorrente nas nominalizações *escolaridade*, *saneamento* e nos sintagmas nominais *condições de saúde*, *acesso à luz elétrica*.

Na tentativa de buscar outros espaços discursivos, a sequência seguinte produz um sentido diferente que se encontra em situação de oposição em relação ao espaço discursivo desenhado pelo governo, no sentido de *privilegiar os mais pobres*, o que é chamado por Unger de *ilusão do pobrismo*, em:

(s.d.) Às vésperas de embarcar numa caravana pelo Nordeste, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, disse ontem que a região vive um vazio intelectual e precisa ser libertada do que chamou de "ilusão do pobrismo". Com ideias que exigiriam mudanças em vários ministérios, Mangabeira concentrou as críticas nos programas criados pelo governo para oferecer uma porta de saída aos beneficiários do Bolsa Família. Defendeu que, em vez de privilegiar os mais pobres, esses programas sejam direcionados aos que já estão próximos de se integrar à classe média. Apesar de o Bolsa Família ser ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ministro Patrus Ananias, Mangabeira disse que já começou a estudar um novo



modelo de capacitação profissional para quem recebe o benefício. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que o programa é importante, mas que precisa remodelar a oferta de formação profissional para reduzir o número de dependentes. Mangabeira quer aproveitar a viagem para empunhar uma bandeira controversa: que o governo passe a privilegiar quem já está empregado, e não a camada mais pobre da população. Para ele, os programas de capacitação não servem a quem vive na miséria. O ponto nevrálgico é escolher corretamente o alvo. Muitas vezes tenta-se abordar o núcleo duro da pobreza com programas capacitadores, e aí não funciona. Populações mais miseráveis são cercadas por um conjunto de inibições, até de ordem cultural, que dificulta o êxito desses programas. Ao defender a tese, Mangabeira esboçou a criação de uma nova categoria sociológica, que batizou de "batalhadores". O grupo estaria situado "entre os mais pobres e a pequena burguesia empreendedora", com papel "decisivo e desconhecido" no país: São trabalhadores saídos do mesmo meio pobre, mas que têm dois ou três empregos. Eles já demonstraram ser resgatáveis, porque já começaram a se resgatar. (T19 G, 22/01/2009)

Temos, aqui, um fato político novo que põe em movimento a orientação discursiva acerca da discussão do alcance do programa Bolsa Família – *uma porta de saída*. Vemos que as marcas linguísticas, que reforçam essa discursividade contrária, se presentificam nas formas verbais negativas (*não Ø³ a camada mais pobre; não servem; não funciona*) e no sintagma nominal *bandeira controversa*.

O sintagma nominal *ilusão do pobrismo*, como marca de processo discursivo, mostra como a posição-sujeito-político espera ser lida, uma vez que adota uma postura crítica acerca do programa que beneficia apenas os setores mais desfavorecidos da população – *o núcleo duro da pobreza* – reforçada na ampla rede parafrástica *os mais pobres, a camada mais pobre da população, populações mais miseráveis, quem vive na miséria*, quando, o mais sensato seria valorizar, segundo o ministro, trabalhadores que estão empregados – *próximos de se integrar à classe média* – *os batalhadores*.

³ Ø – marca utilizada para indicar sujeito elíptico.



O funcionamento discursivo mobiliza, aqui, novas interpretações, o que provoca a formulação de novos posicionamentos enunciativos entre as posições-sujeito envolvidas – a exemplo – pelo paternalismo escancarado do Governo, aqueles que estão localizados no estrato social mais baixo: os *mais pobres*, segundo Unger.

Aliás, o suporte ideológico da posição-sujeito-Unger é colocado em cena também quando desloca a questão para a *região Nordeste* e *defende* que é muito mais viável economicamente focar o alvo do programa social nas populações empregadas – os *batalhadores* – uma vez que as populações *mais pobres* dessa região são limitadas, segundo ele, até mesmo culturalmente. Aqui se inscreve um processo de significação silenciado/ apagado da ordem do implícito o qual permite a movimentação do discurso. Ou melhor: uma discursividade de discriminação do ser nordestino e da limitação intelectual, educacional imputada às populações dessa região. Notemos que a dimensão política da variável pobreza do *ser pobre* não se inscreve apenas no não ter/possuir (renda, bens públicos), mas de dimensões culturais – *vazio intelectual, inibições, até de ordem cultural*.

Nas formulações discursivas são *trabalhadores saídos do mesmo meio pobre, mas que têm dois ou três empregos. Eles já demonstraram ser resgatáveis, porque já começaram a se resgatar*, o efeito de sentido inscrito na forma verbal *resgatar* remete-nos a uma memória discursiva passada que permite recuperar, no interdiscurso, os sentidos silenciados pelo sujeito do discurso: o subjugo das populações pobres nordestinas que, geralmente, se sujeitam à possibilidade de um mínimo bem-estar a uma política de troca. A propósito, acreditamos que, nessa formulação discursiva, outra discursividade está inscrita: a do discurso religioso, no sentido de livrá-las desse cativo, de sequestro, a troca de dinheiro ou de outro bem, o que é reforçado em *ser libertada* e, assim, garantir a sua constituição como cidadão.



Chama-nos atenção, do mesmo modo, a significação do sintagma nominal “*ilusão do pobrismo*” entre aspas. Para Authier (1981, p. 127), esta é uma forma de o articulista manter essa discursividade do ministro Mangabeira Unger à distância, uma vez que é uma posição-sujeito com a qual não se identifica. Nesse sentido, ele se limita a mostrá-la não se responsabilizando, discursivamente, com suas implicações.

A partir dessas análises, é possível afirmar que o discurso jornalístico é uma modalidade de discurso sobre (MARIANI, 1998), de tal forma que permite a veiculação de diferentes posicionamentos enunciativos e, conseqüentemente, as Formações Discursivas são desiguais e heterogêneas, o que justifica a presença de posições-sujeito contrárias entre si.

Examinemos ainda, na sequência abaixo, a discursividade construída em torno da variável fome:

(s.d.) Os beneficiários do Bolsa Família afirmam que o programa os ajuda a consumir mais alimentos – especialmente açúcares – e não causou, na opinião dos favorecidos, o “efeito-preguiça”, ou seja, o acomodamento do trabalhador por causa da renda garantida. Mas faltam programas que ajudem a superar a pobreza e diminuir a dependência dos recursos. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) De acordo com Francisco Menezes, diretor do Ibase e coordenador-geral da pesquisa, o Bolsa Família tem ajudado seus beneficiados a aumentar a variedade de alimentos consumidos. Ele sugere, no entanto, que sejam criados programas para aumentar o consumo de produtos como legumes, verduras, frutas e carnes e diminuir o de açúcares. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) A pesquisa mostra que aumentou o consumo de arroz e feijão, o que é muito positivo. Mas, ao mesmo tempo, também cresceu o gasto com doces, biscoitos e refrigerantes, o que nos levou a recomendar programas de educação alimentar”, diz Menezes. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) As autoridades, porém, preferiram desqualificar o trabalho do IBGE [...]. Criaram um esdrúxulo e inexistente conceito de “fome gorda”, segundo o qual os pobres estariam acima do peso por consumirem muito açúcar, gordura e farinha [...]. A fome não é mais o que era. Atinge poucas centenas de milhares



de pessoas, nunca milhões. Isso não quer dizer que não mereça mais atenção. Insistir, porém, em gastar mais R\$9 bi ao ano, todos os anos, com, BOLSA Família é um erro. Parte desse valor deve ser usada para extinguir a fome de vez, mas os recursos, na sua maioria, deveriam ser canalizados para saneamento, educação e desenvolvimento regional, o que ajudaria a tirar milhões da pobreza, está sim a grande chaga nacional. (T6 G, 28/12/2004)

Para Menezes, a variável fome é tomada como uma necessidade biológica, o que é reforçado pelas nominalizações *consumo*, *gasto* e seus complementos nominais respectivos: *produtos como legumes, verduras, frutas e carnes/arroz, feijão/doces, biscoitos e refrigerantes*.

Vemos, aqui, que as formas verbais *aumentar* e *diminuir* inscrevem uma discursividade de oposição: se de um lado é positivo, na avaliação do enunciador, o consumo de *arroz e feijão*, é negativo o de *açúcares*, uma vez que eleva o risco para o diabetes e a obesidade – daí “*fome gorda*” – reflexos de u’a má alimentação –, potenciais ameaças para doenças cardiovasculares. Discursiviza, assim, gastos futuros do Estado com a saúde e faz soar uma discursividade da saúde que emerge da discursividade jornalística.

Notamos, também, que o articulista se opõe à discursividade *fome gorda* notadamente nos adjetivos *exdrúxulo* e *inexistente* como incidência de pobreza de renda ou consumo, já que essa demanda tem sido minimizada, em *a fome não é mais o que era; atinge poucas centenas de milhares*.

Contrário a isso, desloca a questão da pobreza de renda – o que é assertivamente afirmado em *é um erro e está sim* – para afirmar que a pobreza humana – a *grande chaga nacional* – é o que, com efeito, penaliza os *pobres*, inscrita discursivamente em *a falta de saneamento, educação, desenvolvimento regional*.

A questão, aqui, é polemizar que o programa até que garante bens alimentícios, mas da parte da posição-sujeito-beneficiários isso não implica dar ocupação,



notadamente marcada nas nominalizações *acomodamento/dependência* e no sintagma nominal *efeito preguiça*.

Em “*efeito-preguiça*”, temos, por um lado, a discursividade da posição-sujeito beneficiária inscrita na determinação *não deixaram de fazer algum tipo de trabalho depois que passaram a receber o programa*, que se opõe à imagem construída de acomodação em relação ao trabalho que lhes é imputada e, por outro, a discursividade da posição-sujeito-jornalista que evoca uma memória passada, inscrita em uma conjuntura sócio histórica: o efeito protetorado do Estado, o qual pode desencadear uma relação de dependência das beneficiárias em relação ao Estado.

O argumento “*efeito preguiça*” (MOISÉS, 2008) foi observado, inicialmente, em Porto Rico, país no qual metade da população vivia abaixo da linha de pobreza. Para minimizar tal situação, o governo americano patrocinou uma ampla distribuição de benefícios – em muitos casos, concedendo valores mais altos que os salários médios. O resultado foi a inação: muitos abandonaram o trabalho para viver às custas de programas sociais.

Notamos, ainda, por um lado, a imagem negativa que a posição-sujeito-jornalista constrói a respeito da política econômica do governo nas formulações discursivas *não é nada brilhante/longe das promessas de governo* e, por outro, quebrada pela conjunção *mas* e pela locução adjetiva *é fato*, temos a desconstrução dessa discursividade recorrente nos sintagmas nominais *salário em alta*, *inflação no chão* e no advérbio *espeticularmente*, para introduzir a discussão de que esse crescimento econômico, notadamente marcado nas paráfrases *50% mais pobres, os muito pobres*, é garantia de voto, o Bolsa Família como cabo eleitoral, *o voto com o bolso vai para o presidente Lula*, na sequência discursiva abaixo:



(s.d.) Não é nada brilhante e está longe das promessas do governo, mas é fato que: a economia está gerando empregos; os salários reais estão em alta; a inflação está no chão; e o crédito concedido às pessoas físicas, este sim, aumentou espetacularmente nos últimos três anos. Resulta daí um óbvio sentimento de conforto econômico. Ou seja, o voto com o bolso vai para o presidente Lula, sobretudo o voto dos mais pobres. [...] Quando se olha o conjunto da economia, entretanto, pode-se perguntar: o pessoal se satisfaz com tão pouco? É que, de fato, a economia cresce a taxas medíocres. Tome-se o caso do emprego. Pelos números do IBGE, 20,5 milhões de pessoas estavam trabalhando em agosto, nas seis principais regiões metropolitanas, contra 19,9 milhões um ano atrás. Portanto, uma geração de 600 mil vagas. [...] Vai daí que Lula ganhou imunidade completa? Não. Em dezembro último, a avaliação do governo Lula estava no negativo: 29% classificavam a administração como ruim/péssima, contra 28% de bom/ótimo. [...] A última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que todas as faixas de renda tiveram aumento real em 2005 sobre 2004, com a média de 4,6%. Mas a maior alta beneficiou os 50% mais pobres. O grupo das pessoas colocadas entre os 20% e 30% mais pobres, com renda média de R\$299, teve ganho superior a 10% - efeito do reajuste do salário mínimo. [...]. Acrescente-se ao cenário o Bolsa Família, para os muito pobres, e se verifica, de novo, que o voto com o bolso vai para Lula. (T11 G, 28/09/2006)

Vemos que a posição-sujeito-jornalista toma a posição de debatedor acerca dessa política econômica que beneficia os mais pobres, recorrente, do mesmo modo, nas paráfrases *beneficiou os mais pobres, o grupo das pessoas colocadas entre 20% e 30% mais pobres, especialmente os mais pobres*.

Seria esperado, então, que a posição-sujeito-jornalista, como sujeito do discurso, guiasse a discursividade, e isso refletiria a posição-sujeito que o faz assumir, inclusive a responsabilidade enunciativa do texto, a exemplo, quando indaga o próprio leitor: *o pessoal se satisfaz com tão pouco? Lula ganhou imunidade completa?* Logo, avalia o fato e o efeito pretendido e que isso seja uma consequência do próprio fato e não um ponto de vista subjetivo. Como resultado, pede ao leitor que questione também isso, na tentativa de se alinhar, na orientação argumentativa defendida, pela posição-sujeito institucional (autor e empresa jornalística).



Destacamos, nesse ponto, que o crescimento econômico é tomado como instrumento de uso político, porque, na discursividade da posição-sujeito-jornalista, a ampliação do poder de compra dos mais pobres afiança, garante o voto, ou melhor, o Bolsa Família, como cabo eleitoral, daí a formulação discursiva *o voto com o bolso vai para o presidente Lula*.

Nesse contexto, *o voto com o bolso* nos remete a *o voto com cabresto*. Essa é a memória, mais especificamente, memória discursiva, já que promove o encontro de uma prática passada (*de cabresto*) com uma prática presente (*de bolso*), ou seja, de uma palavra por outra (ORLANDI, 2012, p. 136). Isso porque um discurso nunca começa nele mesmo, mas há sentidos que sustentam os sentidos que se inscrevem nele vindos de outros lugares.

Com efeito, discursivamente, há um sentido pré-existente, dito por outros sujeitos-falantes, ressignificado no contexto do PBF, a saber: do Coronelismo, uma memória esquecida, mas que fala do controle do poder público, a compra de votos (*o bolso*), ao valer-se da máquina administrativa. Vemos, aqui, que o advérbio *de novo* sinaliza que Lula já fez isso antes: usa o PBF como cabo eleitoral, reforçado pela paráfrase *o voto com o bolso vai para o Lula*.

Como é possível perceber, a discursividade jornalística é constituída por confrontos discursivos que se inscrevem num jogo de imagens que sustenta o funcionamento discursivo. Nesse sentido, o discurso jornalístico se pauta em uma prática que se deixa atravessar por várias discursividades constitutivas de um acontecimento.



Considerações Finais

Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências, verificamos que é possível ligar a discursividade jornalística a aspectos do significado dos textos, uma vez que não é difícil compreender que a circulação dos sentidos nos possibilitou um modo de ver a política dos sentidos, produzindo identificações e silenciamentos que se projetam no tempo e no espaço. A esse respeito, os jornais preferem ficar de um lugar comum ao discursivizar as irregularidades na execução do programa, apontando erros e limitações. Há, ainda, o predomínio da conotação negativa sobre o PBF, ora em denúncias de irregularidades, ora de maus resultados, ora de uso político do programa. Com efeito, há na discursividade jornalística um apagamento do político, ou seja, do PBF como política pública, uma vez que a política pública é reduzida a um problema administrativo de gestão e gerenciamento da coisa pública, que não se situa na esfera política, mas no campo dos negócios (ORLANDI; RODRÍGUES-ALCALÀ, 2004, p. 15). Logo, as questões políticas são deslocadas para outras esferas, devendo ela mesma ser a-política, impessoal. Com efeito, o político, por meio desse apagamento no administrativo/ econômico, apresenta-se como um problema limitado à eficiência do Estado.

Vemos, ainda, que, na discursividade jornalística, o PBF aparece como uma consequência da política econômica Neoliberal: há, também, o abandono dos direitos universais em nome de uma política pública assistencialista. Para isso, a posição-sujeito-jornalista apoia nas pessoas autorizadas – economistas e pesquisadores – para reforçar a ideologia Neoliberal. A retórica assistencialista da parte do Estado, o qual se afunda na assistência do programa, ou seja, não transforma a realidade social, pois intervém apenas em problemas periféricos – *combater a fome e a pobreza*. Vemos, então, a institucionalização da pobreza no sentido de ser manipulada como instrumento político.



E, daí, a proteção almejada pela conclamada política pública transforma-se em submissão, assistência.

Nesse sentido, ao focar a família, o programa afirma que a causa do problema da desigualdade social – da fome e da pobreza – está no indivíduo e não no modo de produção capitalista, e isso possibilita o isolamento dos indivíduos para lutar pela sobrevivência deles próprios, o que despolariza os sujeitos históricos e desmobiliza a sua capacidade de lutar coletivamente – a luta de classes, pelas massas, o que é tão requerido no paradigma Neoliberal.

Enfim, o principal para nós, que trabalhamos com o discurso, foi observar, aqui, que não há linguagem que não se confronte com o político: e o político está exatamente na divisão das posições-sujeito e dos sentidos que ora apresentamos, uma vez que a formação social na qual elas se encontram é mobilizada pela diferença, pela divisão, pelas várias discursividades constitutivas de um acontecimento: (i) a posição sujeito-especialista/ representantes da área econômica, que associam as variáveis pobreza e fome à dimensão econômica de insuficiência de renda e, conseqüentemente, uma política compensatória, focalizadora e assistencialista, como instrumento de manipulação eleitoral; (ii) a posição sujeito-jornalista, para mostrar o efeito protetorado do estado, uma consequência da política econômica Neoliberal: o abandono dos direitos universais em nome de uma política pública assistencialista que não transforma a realidade social, pois intervém apenas em problemas periféricos – *combater a fome e a pobreza*; (iii) a posição sujeito-político, o paternalismo escancarado do governo/ a institucionalização da pobreza no sentido de ser manipulada como instrumento político.

Esses são os nossos gestos de interpretação – como lugar de outras discursividades – cuja orientação foi mostrar o funcionamento discursivo do e sobre o PBF nos textos jornalísticos. Apresentá-los como verdade absoluta e acreditar apenas neles seria arrogância. Fazê-los sem acreditar seria cinismo. No entanto, entre a arrogância e



o cinismo, inscreve-se um lugar para uma atitude que, sem ignorar as nossas convicções, procura compreendê-los para colocá-los em debate. Esperamos, dessa forma, ter contribuído; sabemos, entretanto, que este estudo deixa, em aberto, muitas questões que merecem, ainda, ser aprofundadas em estudos posteriores. Sendo assim, colocamos em evidência, aqui, o nosso desejo de melhor definir o caminho que necessita ser percorrido, ainda que instável, movediço, mas, certamente, não menos importante, para suscitar novos gestos de interpretação.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidades(s) enunciativas”. In: O discurso e suas análises. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 1990. Campinas, n. 19, jul./dez. 1990, p. 25–42.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. New York : Routledge, 1991.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, D. M. *A organização textual da opinião jornalística: nos bastidores da notícia*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado – PUC-SP, 1999.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

JACCOUD, L.; CARDOSO, J. J.C. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-259.

MAGALHÃES, R. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.17, n. 13, 2001.

MARIANI, B. S. C. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1998)*. Campinas: Evan, 1998.



MOISÉS, D. Bolsa-Família cresce porque mantém pobreza, diz Cristovam. *O Estado de S. Paulo* (digital online), São Paulo, 29/3/2008. Disponível em:

<http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac147894,0.htm>. Acesso em: 23 maio.

2021.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. *Cidades dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P. e LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-31.

_____. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. *ANIMUS, Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. v. 17, jan. Disponível em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/2373/2458>>.

Acesso em: 30 maio 2021.

_____. (Org.) *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas, SP: RG, 2010a.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E.; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. *Escritos n. 8* Labeurb/Nudecri/Unicamp, p. 11-23, 2004,

PECHÊUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. L'étrange miroir de l'Analyse du discours. *Langages*, Paris, n. 62, Juin, p. 5-8, 1981.



_____. Análise automática do discurso (AAD – 69). In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1990. p. 61-162.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD P et al. (Org.). *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PIERUCCI, A.F.O. Igreja: contradições e acomodação; ideologia do clero católico sobre reprodução humana no Brasil. *Caderno CEBRAP*, São Paulo, n. 30, 1978.

PINTO, A. C.; MENEZES, M. 2008. Efeito-preguiça do Bolsa preocupa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/3/2008. Disponível em:

<<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/3/29/noticia.420668>>.

Acesso em: 23 maio. 2021.

PIOVEZANI FILHO, C. F. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Clara Luz, 2003. p. 49-63.

PORTO, M. C. da S. *A condição do estado assistencialista no Brasil pós-constituente: um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de Renda. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 9 (1), p. 153-185, jan./abr. 2005.

SOARES, M. C. C. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMAS, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 125-194.

VIANNA, M. L. T. W. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Evan-UCAM/IUPERJ, 2000.



The Bolsa Família Program: an analysis of journalistic discursivity

Leila Maria Franco

Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba

Abstract

The purpose of this study is to show the directions of meaning or positions taken in the discourse on the *PBF* (acronyms in Portuguese), in a corpus consisting of sixty (60) journalistic articles, published in three newspapers: *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas* and *O Globo*. The theoretical perspective that guides this study is the analysis of the French line discourse (ORLANDI, 2001a, 2001b). By showing the discursive functioning of the sequences, we verified that the journalistic discursivity is constituted by discursive confrontations that let themselves be crossed by several constitutive discursivities of an event: (i) the subject-expert position/representatives of the economic area, which associate the variables poverty and hunger to the economic dimension of insufficient income and, consequently, a compensatory, focalizing and assistencialist policy, as an instrument of electoral manipulation; (ii) the subject-journalist position, to show the protectorate effect of the state, a consequence of the Neoliberal economic policy: the abandonment of universal rights in the name of an assistencialist public policy that does not transform social reality, as it intervenes only in peripheral problems - fighting hunger and poverty; (iii) the subject-politician position, the blatant paternalism of the government/ The institutionalization of poverty in the sense of being manipulated as a political instrument. Therefore, the way in which the language was mobilized to produce meanings in the socio-historical context, it already indicates an orientation, and that is the politician.

Keywords: Discourse Analysis. *Bolsa Família*. Journalistic discourse.



El Programa *Bolsa Família*: un análisis de la discursividad periodística

Leila Maria Franco

Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba

Resumen

El objetivo de este estudio es mostrar las direcciones de significado o posiciones en la discursividad sobre el *PBF*, (siglas en portugués) en un corpus compuesto por 60 (sesenta) artículos periodísticos, publicados en tres periódicos: *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas* y *O Globo*. La perspectiva teórica que guía este estudio es la del análisis del discurso de la línea francesa (ORLANDI, 2001a, 2001b). Al mostrar el funcionamiento discursivo de las secuencias, encontramos que el discurso periodístico consiste en confrontaciones discursivas que se permiten cruzar por diversos discursos constitutivos de un evento: (i) la posición de sujeto-especialista/representantes del área económica, que asocian las variables pobreza y hambre a la dimensión económica de ingresos insuficientes y, en consecuencia, una política compensatoria, enfocada y de asistencia, como instrumento de manipulación electoral; (ii) la posición sujeto-periodista, para mostrar el efecto protector del Estado, una consecuencia de la política económica neoliberal: el abandono de los derechos universales en nombre de una política de bienestar público que no transforme la realidad social, porque sólo interviene en los problemas periféricos: luchar contra el hambre y la pobreza; (iii) la posición sujeto- político, el paternalismo abierto del gobierno/ La institucionalización de la pobreza en el sentido de ser manipulada como instrumento político. Por lo tanto, la forma en que se movilizó el lenguaje para producir significados en la coyuntura socio-histórica ya indica una orientación, y eso es el político.

Palabras clave: Análisis del discurso. *Bolsa Família*. Discursividad periodística.



Le programme *Bolsa Família*: une analyse de la discursivité journalistique

Leila Maria Franco

Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Ituiutaba

Résumé

L'objectif de cette étude est de montrer les orientations du sens ou des positions dans la discursivité sur le *PBF* (acronyme en portugais), dans un corpus composé de 60 (soixante) articles journalistiques, publiés dans trois journaux : *Folha de S. Paulo*, *Estado de Minas* et *O Globo*. La perspective théorique qui guide cette étude est celle de l'analyse du discours Français ligne (ORLANDI, 2001a, 2001b). En montrant le fonctionnement discursif des séquences, nous avons constaté que la discursivité journalistique consiste en des confrontations discursives qui sont traversées par diverses discursivités constituant un événement: (i) la position sujet-spécialiste/représentants de la zone économique, qui associent les variables pauvreté et faim à la dimension économique de l'insuffisance des revenus et, par conséquent, une politique compensatoire, focalisante et assistentialiste, comme instrument de manipulation électorale; (ii) la position sujet-journaliste, pour montrer l'effet protecteur de l'État, une conséquence de la politique économique néolibérale: l'abandon des droits universels au nom d'une politique publique assistentialiste qui ne transforme pas la réalité sociale, car elle n'intervient que dans des problèmes périphériques - lutter contre la faim et la pauvreté; (iii) la position sujet-politique, le paternalisme ouvert du gouvernement / L'institutionnalisation de la pauvreté au sens d'être manipulée comme instrument politique. Par conséquent, la manière dont la langue a été mobilisée pour produire des significations dans le contexte socio-historique indique déjà une orientation, et cela est le politicien.

Mots-clés: Analyse du discours. *Bolsa Família*. Discursivité journalistique.